

EDITORIAL
RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA – VIVÊNCIAS NA FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Fabiana Aparecida de Carvalho

Ana Luiza Balani Rando

Jonson Rodrigues Farias Junior

Camila de Brito Vilela



“**Residência Pedagógica: vivências na formação inicial docente**” é o tema deste Dossiê especial da “**Koan – Revista de Educação e Complexidade**”, editada pelo Laboratório de Educação e Complexidade (LAECO), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Cianorte (PR), que nesta edição reúne artigos de educadoras e educadores e licenciandas e licenciandos a analisar ou a relatar críticas, discussões ou experiências vividas a partir do Programa de Residência Pedagógica.

O Programa Residência Pedagógica é uma das ações que integram a Política Nacional de Formação de Professores, inicialmente instituído pela Portaria CAPES nº 38, de 28 de fevereiro de 2018, com a finalidade de apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES) na implementação de projetos articuladores entre a teoria e a prática nos cursos de licenciatura e em parceria com as redes públicas de educação básica.

A Residência Pedagógica é um projeto de formação em docência subsidiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Ministério da Educação (MEC) junto às universidades com o intuito de capacitar acadêmicas e acadêmicos na profissão docente e na realização de práticas pedagógicas que estreitam o vínculo entre a escola e o futuro profissional.

Nesse sentido, propõe atividades que vão desde o planejamento docente, o desenvolvimento de sequências e projetos de ensino e o estudo interdisciplinar de temas sociais que atravessam a educação pública, o ensino das diferentes áreas do conhecimento e possuam relevância para a escola. O programa não vislumbra apenas a possibilidade de qualificação profissional, afinal de contas, várias são as pessoas envolvidas no processo formativo docente. Tanto as IES como a instituição de ensino preceptora têm muito a ganhar com o trabalho engajado das licenciandas e licenciandos, isso porque a/o residente atua na escola de maneira ativa, com uma postura investigativa e reflexiva em relação à prática docente e às possíveis formas de intervenção para a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Assim sendo, a ideia de imersão na escola deve abranger a regência em sala de aula e a intervenção pedagógica, com o conhecimento justo e efeito da escola onde se trabalha e onde a Residência será desenvolvida, e com o objetivo de troca de aprendizados entre as/os futuras/os docentes, professoras e professores da educação básica, alunas e alunos do ensino fundamental, do ensino médio, do ensino profissionalizante e de outros contextos que transversalizam a escola.

Como toda reforma educacional proposta por organismos governamentais, o Programa Residência Pedagógica apresenta contradições em sua formulação e concepção que atingem diretamente as licenciaturas, entre elas, o perigo de precarização dos estágios supervisionados e o risco de se tornar um treinamento pedagógico baseado na imitação de modelos tradicionais e metodologias de ensino que, por sua vez, distanciam-se dos saberes necessários ao exercício docente.

Apesar dessa conjuntura, o Programa Nacional de Residência Pedagógica foi encampado pelas IES e se torna uma realidade que fortalece a parceria Universidade e Escola, a imersão de estudantes nos estabelecimentos de ensino da rede pública, a unidade teoria-prática na formação docente e a compreensão das

condições de produção sociais, políticas e curriculares das políticas públicas educacionais e do conhecimento e da vida escolar.

A Universidade Estadual de Maringá insere-se nesse contexto de autonomia na formação inicial docente em seus cursos de licenciatura, cooperando com escolas públicas em ensino, extensão e pesquisas educacionais que acompanham as escolas em atividades de ambientação, intervenções pedagógicas, realização de projetos, ensino, regência, gestão, planejamento e de discussão de questões curriculares.

A avaliação e a divulgação dos trabalhos e parcerias realizadas pelas/os residentes da UEM, preceptoras e preceptores das escolas campo de ensino e de aprendizado e de docentes que coordenam alguns subprogramas institucionais, inspirou-nos a compor este **Dossiê Especial Koan**, organizado, nessa edição, pela Profa. Dra. Fabiana Aparecida de Carvalho, do Departamento de Biologia (UEM), e, em especial, pelas residentes Camila de Brito Vilela e Ana Luiza Balani Rando e pelo residente Jonson Rodrigues Farias Junior, que solicitamente foram os responsáveis pela divulgação da chamada para a composição dos textos a seguir e pela organização dos mesmos. Trata-se, portanto, de um exercício conjunto, mas, também, de um incentivo ao conhecimento e à entrada na produção acadêmica, nas reflexões das práticas e dos contextos que permeiam os saberes sobre a Residência Pedagógica, no fomento da divulgação do conhecimento exercido, conforme se apresenta neste editorial, por futuras/os docentes e pesquisadoras e pesquisadores acadêmicos.

Os textos que se seguem perfazem críticas, historicidades, comparações entre intervalos e contextos formativos docentes, como também relatos de experiências vividos em alguns subprogramas da Residência Pedagógica (UEM).

No primeiro artigo, Marta Bellini tece uma crítica sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua concepção ultraliberal e empresarial. Trata-se de um percurso histórico comparando as reformas educacionais e a redução dos componentes curriculares escolares às concepções tecnicistas e programadas de ensino e de aprendizagem. Debruçando-se no ensino de ciências, a autora aponta para o enxugamento dos ensinamentos e para a configuração de uma perspectiva baseada em competências e habilidades sócio educacionais; e mais: discute as

estratégias governamentais e empresariais a escamotear uma visão de educação e de ciência pautada em testes de larga escala e na padronização do conhecimento.

O texto de Márcia Elisa Teté Ramos e Isabel Cristina Rodrigues discute a necessidade do conhecimento prévio das/os estudantes em relação à história tanto na Residência Pedagógica quanto no campo do Estágio Supervisionado. As autoras chamam a atenção para os conceitos específicos da sustentação da explicação histórica a partir do levantamento de protonarrativas de alunas e alunos e do fazer de residentes pedagógicos nas escolas, especialmente com o propósito de romper com noções tradicionais do ensino de história.

Já Aline Cristina Martins de Castro, Lorena Julia Gali Rodrigues e José Nunes dos Santos, numa parceria entre residentes e professor preceptor, apontam uma análise comparativa da vivência prática realizada no estágio supervisionado e na Residência Pedagógica em Ciências Biológicas, discutindo as limitações temporais, de condições de produção, da relação teoria e prática nos intervalos de formação para se compreender a complexidade das escolas públicas brasileiras e do fazer docente.

Outra parceria profícua na Residência Pedagógica pode ser destacada pelo artigo de Nathália Marques da Silva, Ana Luiza Balani Rando e Fabiana Aparecida de Carvalho. Investigando a concepção de residentes do subprograma Biologia (UEM), discutem a importância do Programa na formação inicial docente e na formação de uma prática pedagógica engajada.

Relatos de experiência são apresentados em sequência. Ana Luiza Balani Rando, Bianca Georg Fusinato e Luciana Tadashi Hatanaka discutem sobre a importância da sala de recursos multifuncionais na constituição de uma experiência na Residência Pedagógica. E fechando o dossiê, o relato de Leonardo Aparecido de Souza Bergamo, Erli Teodoro Junior e José Nunes dos Santos apresenta reflexões a partir de atividades envolvendo a problematização e investigação no ensino de ciências e biologia.

Enfatizamos a valoração dos trabalhos acadêmicos e, sobretudo, o exercício docente trazido à pauta nesta Revista que empresta voz e vez aos contextos da Residência Pedagógica.

Boa leitura!